

# Uma avaliação da política de defesa e segurança nacional da Nigéria

*An appraisal of the Nigerian defense policy and national security*

**Resumo:** As políticas de defesa abrangem diversas atividades de um estado para garantir a segurança nacional (SN), incluindo decisões de segurança internacional e uso militar para proteger a soberania e interesses nacionais. Essas políticas orientam o momento e a forma de mobilizar as forças armadas, com estratégias que evoluem conforme o desenvolvimento do país e o contexto global. A visão de Sun Tzu em *A Arte da Guerra* destaca a importância essencial da defesa para a sobrevivência de um estado. Mudanças significativas na estratégia de defesa dos EUA após 11 de setembro incluíram medidas proativas contra o terrorismo, com o objetivo de prevenir a proliferação de armas de destruição em massa. De forma semelhante, a Política de Defesa Nacional da China (PDN) reflete sua adaptação às mudanças na política internacional. Assim, políticas de defesa estruturam a abordagem de SN de um país, orientando suas forças armadas para preservar a soberania, objetivos econômicos e responsabilidades globais. Este estudo explora a relação entre políticas de defesa e SN, analisando desafios e impactos, especialmente no contexto da Nigéria.

**Palavras-chave:** Política de Defesa; Segurança; Segurança Nacional.

**Abstract:** Defence policies encompass various state activities aimed at ensuring national security (NS), integrating international security and military decisions to protect sovereignty and interests. These policies guide when and how to engage national armed forces, with evolving strategies reflecting each nation's development and global context. Sun Tzu's view in *The Art of War* underscores the crucial role of defence, stressing its necessity for a state's survival. Major shifts in American defence strategy post-September 11 involved proactive measures against terrorism, aiming to prevent the spread of weapons of mass destruction. Similarly, China's National Defense Policy (NDP) highlights its adaptability to international political shifts. Defence policies thus structure a nation's NS approach, steering its armed forces to uphold sovereignty, economic goals, and global responsibilities. This study explores the link between defence policies and NS, assessing their challenges and impacts, particularly in the context of Nigeria.

**Keywords:** Defense Policy; Security; National Security.

**Francis Afamefuna Obiajulu** 

Nigeria Army. Abuja, Nigeria.

francisobiajulu@gmail.com

**Recebido: 15 fev. 2024**

**Aprovado: 03 jul. 2024**

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



## 1 INTRODUÇÃO

A primeira responsabilidade e obrigação fundamental de qualquer Estado é fornecer segurança para seus cidadãos. Isso envolve a relativa ausência de desafios de segurança e ameaças prejudiciais às suas vidas e propriedades. É impossível subestimar a importância e relevância disso para a sobrevivência, progresso e desenvolvimento material de qualquer Estado. Vários Estados projetam e desenvolvem estruturas de políticas que buscam harmonizar seus interesses com os recursos nacionais disponíveis, ambiente estratégico e ameaças reais e percebidas. A importância disso é que as estruturas e políticas de defesa fornecem os princípios orientadores necessários para as prioridades de segurança nacional (SN). A Política Nacional de Defesa (PND) da Nigéria de 2006 foi projetada para garantir sua SN, dissuadindo ameaças e agressões externas. Embora sua principal preocupação seja evitar a guerra por meio da diplomacia e da dissuasão, a nação garante que suas Forças Armadas são capazes de defender com sucesso o território nigeriano e seu povo. A PND nigeriana de 2006 instrui ainda que ela está ancorada em seis princípios inter-relacionados de prevenção, proteção, dissuasão, mobilização militar rápida, projeção militar e cooperação com aliados desde sua independência.

De acordo com a Estratégia de Defesa Nacional, incorporada à PND, as Forças Armadas da Nigéria (FAN) devem ser capazes de dissuasão plausível, participar de conflitos de baixa intensidade e proteger a via marítima de comunicação do país. O domínio do espaço de batalha nas zonas de defesa aérea e nas áreas operacionais imediatas também deve ser alcançado. Do exposto, é possível inferir que a PND nigeriana está fundamentada na estratégia de defesa convencional; no entanto, ela ainda apresenta muitas falhas fundamentais que inibem seu funcionamento adequado. Por exemplo, a política não conseguiu articular adequadamente como a Nigéria alcançará sua capacidade independente de dissuasão e sua aplicação como princípio de defesa nacional. Não seria sensato presumir que a infraestrutura militar existente oferece dissuasão suficiente contra possíveis agressores, especialmente considerando as ameaças atuais. Sem uma base industrial e tecnológica nacional forte e independente, a Nigéria não tem condições de desenvolver infraestruturas militares suficientes para sustentar sua PND. Para um país que é incapaz de gerar base tecnológica suficiente para apoiar as forças armadas modernas, é inútil falar de projeção militar, mobilização militar rápida ou mesmo cooperação com aliados em igualdade de condições. Portanto, é uma questão de emergência nacional que os formuladores de políticas e analistas de defesa comecem a explorar as possibilidades de entender e corrigir essas falhas evidentes na PND nigeriana.

É com base nisso que esta pesquisa procura responder às seguintes perguntas:

- Qual é a relação entre a PND e a SN na Nigéria?
- Quais são os desafios da PND sobre SN na Nigéria?
- Como a PND pode melhorar a SN na Nigéria?

O principal objetivo deste estudo é identificar os desafios e perspectivas da PND na SN na Nigéria. Os objetivos específicos são:

- Estabelecer a relação entre a PND e a SN na Nigéria.
- Analisar as disposições existentes da PND que afetam a SN na Nigéria.
- Identificar os desafios da PND sobre a SN na Nigéria.
- Propor estratégias para melhorar a PND e a SN na Nigéria.

Este estudo é útil para o governo federal nigeriano, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas na formulação de políticas para a SN. Espera-se também que contribua para o corpo de conhecimento existente sobre a PND nigeriana. Este estudo servirá ainda como material de referência para estudiosos e futuros analistas. A pesquisa abrangeu 2000–2020, período em que a Nigéria testemunhou uma ameaça crescente à SN. Este recorte temporal visa também abordar as questões mais contemporâneas em torno da PND e da SN, tornando este estudo atual e relevante. Este estudo apresenta limitações decorrentes do conhecimento e da conscientização inadequados sobre o conteúdo da PND pela maioria das pessoas entrevistadas. Essa limitação foi compensada pelo contato pessoal com comandantes selecionados no campo e pelo emprego de questionários e entrevistas formais/informais com oficiais relevantes do quartel-general nigeriano. Portanto, as limitações mencionadas acima não enviesaram os resultados desta pesquisa.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA/DISCURSO CONCEITUAL

### 2.1 Política de Defesa

As políticas de defesa foram definidas por Alli como um “plano de ação deliberado e obrigatório para orientar as decisões do governo e chegar a um resultado racional sobre quando e como empregar as forças armadas nacionais” (Alli, 1994; tradução nossa). Essa definição identifica a PND como mecanismo de comprometimento das forças armadas. No entanto, não aborda suficientemente o propósito da política. De acordo com Kazir, a PND é “a articulação dos meios militares para a proteção dos interesses e valores estimados de um Estado” (Kazir, 1995; tradução nossa). Esta definição explica o propósito da PND, mas não lista seus fatores determinantes, conforme exigido neste estudo. Isso exigiu a modificação dessa visão. Chuter referiu-se à PND como um amplo conjunto de regras e diretrizes para as atividades dos militares na busca de papéis constitucionais (Chuter, 2000). Além disso, ele afirmou que ela contém imperativos fundamentais que envolvem os principais determinantes de uma PND. Isso inclui políticas internas e externas, tamanho previsto das forças armadas, orçamento, programa de aquisições e objetivos políticos gerais de um governo. A explicação de Chuter abordou os parâmetros para articular uma PND. Essa visão fornece uma explicação complementar para as definições mencionadas para PND.

Portanto, com base na explicação anterior, este estudo entende a PND como “um plano nacional para o emprego de suas forças armadas para a proteção do interesse nacional”. Uma política de defesa que envolve o fornecimento, desenvolvimento e uso de recursos militares para facilitar a proteção e a busca dos interesses nacionais do Estado.

### 2.2 Segurança

Williams P.D. (2008) também afirma que a segurança é mais comumente associada ao alívio de ameaças a valores estimados, especialmente aqueles que afetam a sobrevivência de um determinado objeto de referência. Alinhado com o exposto acima, Imobighe afirma que a segurança está associada à ausência de perigo ou ameaças à capacidade de uma nação de se proteger e se desenvolver, promover seus valores estimados e interesses legítimos e aumentar o bem-estar de seu

povo (Imobighe, 1990). Além disso, Ogaba opinou que a segurança interna poderia ser vista como a liberdade ou a ausência de tendências que poderiam minar a coesão interna e a existência corporativa de um país e sua capacidade de manter suas instituições vitais para promover seus valores essenciais e objetivos sociopolíticos e econômicos, assim como atender às aspirações legítimas de seu povo (Ogaba, 2010).

Portanto, pode-se deduzir que a segurança, seja ela clássica, centrada no Estado, tradicionalista ou não tradicionalista, envolve a proteção de ativos (incluindo recursos vivos e não vivos) contra perdas ou danos.

### 2.3 Segurança Nacional

A segurança nacional é um conceito que os militares empregam na defesa de uma nação. O conceito refere-se principalmente à preservação da soberania e independência das nações. A SN está intimamente relacionada, muitas vezes equiparada, justaposta e, de fato, desenvolvida a partir da ideia de interesse nacional. Lippman definiu SN como a capacidade de uma nação de manter seus valores fundamentais, evitar a guerra e, se desafiada, manter seus valores fundamentais por vitórias na guerra (Lippman, 2006). Sua definição originou-se de políticas de defesa tradicionais e é consistente com uma noção realista de SN. Ela inclui ações militares de um estado para garantir sua capacidade total de sobreviver como nação soberana. Como tal, essa definição é restritiva e, portanto, inadequada para este estudo.

Wolfers afirma que a SN gira em torno do interesse nacional e dos valores básicos – como comida, abrigo, segurança, saúde, paz e prosperidade – que mantêm uma comunidade unida e promovem a qualidade e a quantidade de vida disponível para os indivíduos (Wolfers, 1952). Apesar de sua definição indicar alguns atributos da SN, ela não considerou o envolvimento militar e, portanto, não é adequada para o propósito deste estudo. Por outro lado, o conceito de SN durante a Guerra Fria era baseado puramente em variáveis militares. Nesse sentido, “qualquer sociedade que busque obter segurança militar adequada em um cenário de escassez aguda de alimentos, explosão demográfica, baixo nível de produtividade e renda per capita, baixo desenvolvimento tecnológico, serviços públicos inadequados e ineficientes e problemas crônicos de desemprego, tem uma falsa sensação de segurança” (Abifarín; Bello, 2017, tradução nossa). McNamara afirma ainda que “Segurança não é um equipamento militar, embora possa incluí-la. Segurança não é poder militar, embora possa envolvê-la. A segurança não é uma atividade militar tradicional, embora possa abrangê-la. Segurança é desenvolvimento. Sem desenvolvimento, não pode haver segurança” (tradução nossa).

De acordo com McGrew (1988), a segurança de uma nação é baseada em dois pilares centrais. Por um lado, busca manter e proteger a ordem socioeconômica de ameaças internas e externas. Por outro lado, promove uma ordem internacional preferencial que minimize a ameaça aos valores e interesses fundamentais e à ordem interna. Portanto, a preocupação com a SN nesse contexto sempre cria uma apreensão sobre a segurança que tende a gerar atividade militar, independentemente da natureza das ameaças.

É importante enfatizar que o pensamento contemporâneo sobre SN é que é um conceito abrangente que conota o elemento de desenvolvimento na economia, sociedade, meio ambiente,

alimentação, igualdade de vida e segurança tecnológica. Para destacar esse ponto, Nwolise explica que a segurança como um conceito holístico abrangente implica que o território deve ser protegido por uma rede de forças armadas (Nwolise, 2006). Ele postulou que um governo democrático e patriótico deve garantir a soberania do Estado, que, por sua vez, recebe proteção dos militares, da polícia e do próprio povo. Ele postulou ainda que as pessoas não devem apenas ser protegidas de ataques externos, mas também das consequências devastadoras de questões internas, como desemprego, fome, doenças, degradação ambiental e injustiças socioeconômicas. Uma das maiores crises na Nigéria hoje decorre da pobreza. Dessa forma, a SN deve incluir a capacidade de oferecer aos cidadãos condições sociais, econômicas e políticas favoráveis à felicidade e à relativa prosperidade. Assim, a tranquilidade e o bem-estar de uma sociedade são componentes necessários da SN. No entanto, é aconselhável observar a crise nacional na Nigéria em termos de grupos, organizações e indivíduos em conflito como o principal objeto de segurança. Isso elimina a concepção limitada da SN na dimensão estratégico-militar, especialmente em termos de defesa do território e da soberania. Essa visão reconhece que o processo de construção de uma nação com suas contradições inerentes constitui as principais ameaças da SN. O Marechal do Ar Paul Dike (2010), em sua análise da SN na Nigéria, afirmou que a segurança nigeriana é baseada em uma visão holística que vê os cidadãos como os principais beneficiários de toda segurança e desenvolvimento que o Estado pode oferecer. Portanto, significa que a SN implica a preservação da segurança dos nigerianos no país e no exterior e da soberania da integridade do país e de seus interesses.

Entretanto, ao analisar os novos padrões de segurança global, Buzan reconhece a distinção entre segurança individual e SN e sugere que, no século XXI, a SN será dominada por setores de segurança rígidos e flexíveis, que ele classificou como segurança alimentar, segurança econômica, segurança social, segurança ambiental e defesa da nação contra agressões externas (Buzan, 1999). Sua definição, aqui adotada, destaca a importância de diferentes setores de segurança.

#### **2.4 A Política de Defesa e Segurança Nacional da Nigéria**

A questão de uma política de defesa existente, concisa e codificada é altamente discutível e controversa na Nigéria. O protesto por uma política militar articulada tem origem, por um lado, em uma perspectiva que afirma que as forças armadas da Nigéria careciam de uma política de defesa bem estruturada e uma postura firme para responder às ameaças de violações territoriais de seus vizinhos (Alli, 1994). A análise de Vogt postulou a falta de clareza e compreensão dos fatores políticos que deveriam ditar a natureza das políticas de defesa (Vogt, 1986). Isso levou à busca de políticas diversas e, muitas vezes, contraditórias por parte dos vários braços do estabelecimento de defesa. Por outro lado, nota-se a perspectiva militar. Ela explica que os atos das FAN, a Constituição nigeriana sobre política externa e a responsabilidade do governo contêm determinadas disposições que foram incorporadas à PND.

Para consolidar a PND, as autoridades militares criaram um documento intitulado “Política Nacional de Defesa” em 2006. Esse documento, com base em uma análise do ambiente estratégico nigeriano, ofereceu ao governo uma estrutura de defesa política de curto prazo, que também analisou os riscos e desafios (interesses e ameaças nacionais) enfrentados pelas FAN e os cenários para a mobilização de tropas. O documento especificou os objetivos dessa política de defesa e a gestão

e organização das forças armadas. Além disso, destacou os vários aspectos do suprimento de recursos, como infraestrutura de defesa, pesquisa e desenvolvimento, orçamento de defesa, metas de reforma nas forças armadas, entre outros. Além disso, a política incluiu a importância das relações civis-militares e da mídia durante períodos de paz e guerra. De acordo com a PND, esse aspecto particular constitui um objetivo abrangente que não apenas enfatiza a consolidação do controle civil sobre os militares, mas também caracteriza uma sociedade verdadeiramente democrática.

## **2.5 Relação Entre Política de Defesa e Segurança Nacional**

As políticas de defesa visam atualizar as políticas de SN dos países. Isso constitui o roteiro pelo qual as nações escolhem realizar sua agenda de segurança. Por outro lado, de acordo com Ogundana (2001), as forças armadas constituem o instrumento que coloca em prática as políticas de defesa. Essencialmente, elas concretizam as políticas de defesa usando a estratégia militar. Essa, como derivada das políticas de defesa, refere-se ao emprego das forças armadas na execução da política nacional por demonstração de força, ameaça de força ou uso direto da força. A estratégia militar de qualquer nação ocorre em sua capacidade de vincular o poder militar a propósitos políticos e SN. A política de defesa de uma nação deve ser fundamentada em uma avaliação realista do ambiente estratégico em que operará. Essa avaliação é necessária pois o ambiente é fonte tanto de oportunidades disponíveis para um Estado quanto de ameaças contra a SN. A partir disso, a resposta de uma nação refletirá o julgamento de seu governo sobre o que é necessário e possível na busca de seus interesses nacionais. Como Clausewitz (1982) afirmou, uma estratégia militar bem-sucedida pode ser um meio para um fim, mas não é um fim por si só. A história oferece inúmeros exemplos em que a vitória no campo de batalha não se traduz em paz, segurança ou tranquilidade a longo prazo. Portanto, uma estratégia militar bem-sucedida tem uma ligação direta com a SN e a política de defesa de um país.

## **3 METODOLOGIA DE PESQUISA**

A literatura sobre questões relacionadas à SN na Nigéria é vasta. No entanto, poucos estudos focam em ambos PND e SN. Além de revisar a literatura relevante, a presente metodologia inclui uma pesquisa qualitativa baseada na interação com as partes interessadas e recursos de figuras relevantes no setor de defesa. Os dados analisados são apresentados de forma descritiva. A coleta foi feita direta e indiretamente de fontes primárias e secundárias de dados. Foram realizadas entrevistas com pessoas relevantes e foram pesquisadas publicações chave. Os dados foram apresentados em tabelas e analisados qualitativamente antes que fossem tiradas conclusões lógicas. No entanto, nenhum entrevistado foi contatado diretamente. A próxima seção analisará a avaliação da política de defesa e SN na Nigéria.

## **4 PROPOSTAS EXISTENTES DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA QUE IMPACTARAM A SEGURANÇA NACIONAL**

Esta seção apresentará a evolução e as disposições existentes da PND que impactaram a SN; e terminará com os desafios e perspectivas da PND sobre a SN na Nigéria.

#### 4.1 Evolução da Política Nacional de Defesa

Em sua história, a Nigéria experimentou uma formulação ad hoc de sua política de defesa. No entanto, de acordo com Adisa (1983), as tentativas (particularmente no final da década de 1970) visavam estabelecer formalmente uma estrutura política que rege a conduta da defesa na Nigéria. Com base em um evento tão significativo, seria pertinente examinar brevemente o desenvolvimento e a evolução da Política de Defesa da Nigéria. Adisa afirmou ainda que, durante a negociação para a independência da Nigéria, os britânicos teriam previsto a concessão da independência com a assinatura de um pacto de defesa como forma de fornecer um escudo de segurança para a Nigéria. Assim, o Pacto de Defesa Anglo-Nigeriano foi assinado em 1958 com propostas de estabelecer uma base militar britânica na Nigéria e treinar oficiais das FAN, conforme colaborou um participante durante um seminário de conclusão na Escola de Guerra da Nigéria (2007). Como esperado, o Pacto não conseguiu justificar sua existência e foi revogado em 1964 devido à oposição interna ao tom neocolonial do acordo.

Durante a Guerra Civil da Nigéria (1967–1970), o poder das Forças Armadas aumentou dramaticamente. Esse aumento foi facilmente sustentado devido ao boom do petróleo durante o período. No entanto, a recessão econômica que se seguiu imediatamente à guerra tornou cada vez mais difícil para o governo da época atender adequadamente às enormes demandas e à necessidade de uma Força Armada sobrecarregada. Isso reorganizou, desmobilizou e reestruturou a Força. Posteriormente, foi necessária uma PND nigeriana.

Com base nos interesses nacionais nigerianos, valores fundamentais e percepção de ameaças, uma Política de Defesa foi elaborada em 1979. Como Política Externa, teve foco tridimensional e inter-relacionado: Paz e segurança nigeriana, africana e mundial. Desde então, ocorreram vários desenvolvimentos internos, como agitação étnica e religiosa, atividades criminosas, pobreza, agitação civil e HIV/AIDS. Outros desenvolvimentos se referem a penetrações subversivas globais, como violações de fronteiras e o efeito de transbordamento de conflitos de estados vizinhos, terrorismo e globalização, exigindo uma revisão completa de sua política de defesa para acomodar essas eventualidades. A estrutura da PND, que considerava a África como peça central, mudou gradualmente o foco para os eixos internos, sub-regionais e global.

A PND existente emana da política de SN da Nigéria e se concentra em preservar a segurança dos nigerianos no país e no exterior e proteger sua soberania e a integridade de seus ativos. A elaboração dessa política de defesa considerou vários fatores, a começar pela hierarquia das políticas, que geralmente se refere às políticas nacional, externa, de segurança e de defesa.

De acordo com a PND nigeriana (2006), a nação deve manter uma capacidade de defesa suficiente e expressar suas intenções de acordo com as circunstâncias prevalecentes para garantir que os possíveis agressores não tenham dúvidas quanto à sua disposição de usar suas Forças Armadas e todas as armas disponíveis. O documento afirma ainda que a política priorizaria a modernização e o desenvolvimento da força sobre a aquisição de capacidades básicas de dissuasão. Isso evidencia que a dissuasão e a projeção militar configuram os principais elementos e princípios que sustentam a PND nigeriana.

#### 4.2 Princípios da Política de Defesa nigeriana

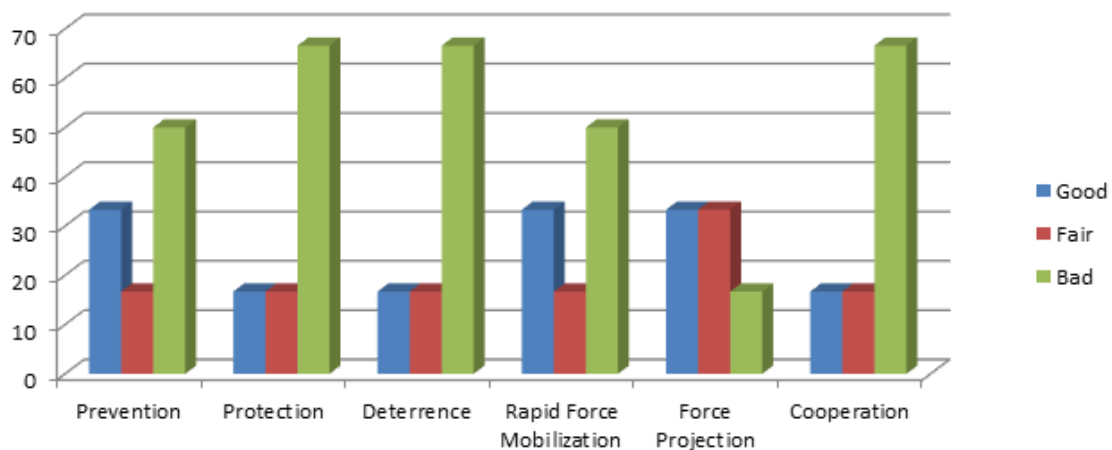
Desde a sua independência, a PND nigeriana está ancorada em seis princípios inter-relacionados de prevenção, proteção, dissuasão, mobilização militar rápida, projeção militar e cooperação com aliados. O presente estudo solicitou aos entrevistados que classificassem a eficácia com que esses princípios foram alcançados. A Tabela 1 e a Figura 1 mostram os resultados.

Tabela 1 – Eficácia do Princípio da PND

Serial	Princípios da PND	Bom	Frequência	Justo	Frequência	Ruim	Frequência	Total
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)
1.	Prevenção	2	33,3	1	16,7	3	50	6
2.	Proteção	1	16,7	1	16,7	4	66,6	6
3.	Dissuasão	1	16,7	1	16,7	4	66,6	6
4.	Mobilização Militar Rápida	2	33,3	1	16,7	3	50	6
5.	Projeção militar	2	33,3	2	33,3	2	33,3	6
6.	Cooperação	1	16,7	1	16,7	4		6

Fonte: XXXX.

Figura 1 – Gráfico de barras mostrando a eficácia dos princípios da PND.



Fonte: Entrevistas com Pesquisadores, 2023.



Os dados acima mostram que a PND nigeriana não conseguiu ter um desempenho aceitável. De acordo com Steve Okechukwu, Consultor de Segurança, a SN também sofreu devido a esse mau desempenho. Assim, a análise da SN preocupa-se com a maneira como as nações planejam, tomam e avaliam suas decisões e políticas que visam maximizar sua capacidade relativa de garantir a sobrevivência e a continuidade de seus interesses vitais. Na Nigéria, a escolha da estratégia de defesa convencional, sem dúvida, é mais informada por sua experiência histórica e menos por qualquer esforço consciente dos formuladores de políticas para desenvolver uma estratégia de defesa forte para a SN. A localização geoestratégica da Nigéria e sua própria visão do interesse nacional são igualmente responsáveis por tais escolhas. Localizada em uma região de países comparativamente mais frágeis em termos de recursos humanos e financeiros, a Nigéria seria incapaz de definir seus interesses nacionais além dessas considerações. De acordo com Chris Oyewole, Consultor de Segurança, “desde a independência, sucessivos líderes nigerianos enfatizaram 2 princípios como os pilares fundamentais da política do país. Um é o afrocentrismo e o outro é a boa vizinhança” (tradução nossa).

De acordo com esse pensamento, a Nigéria, teórica e praticamente, limita sua política de defesa à preparação militar como o elemento vital tangível da SN e da defesa. Oyewole também opinou que a estratégia nigeriana para a defesa nacional é “para evitar a guerra por meio da diplomacia e da dissuasão; a nação garantirá que as Forças Armadas possuam a capacidade de defender com sucesso o território e o povo nigerianos” (tradução nossa). Isso forma a maior parte da estratégia final nigeriana de defesa e segurança em geral.

### 4.3 Parte do Conteúdo da Política de Defesa Nigeriana

A política de defesa nigeriana será discutida a seguir. Isso inclui seus objetivos, ambiente geoestratégico, operações de paz (OPs), tecnologia, orçamento de defesa e relações civis-militares. A PND também abordou a preocupação de segurança da Nigéria em um ambiente de segurança global em rápida mudança.

**Objetivos da Política de Defesa.** Os objetivos gerais da Política de Defesa referem-se à proteção dos interesses nacionais nigerianos sob a supremacia de sua Constituição. Assim, objetivos específicos de defesa foram definidos para garantir os interesses nacionais nigerianos. A PND (2006) tem os seguintes objetivos: proteger a soberania, cidadãos, valores, interesses culturais, recursos e território nigerianos contra ameaças externas; promover a defesa, bem como assessoria estratégica e informação ao governo; conscientizar os nigerianos sobre segurança; e responder a pedidos de ajuda à autoridade civil.

Outros objetivos incluem participar de operações de gerenciamento de desastres e ajuda humanitária no país e no exterior, auxiliar agências governamentais a atingir metas nacionais, proteger os nigerianos onde quer que residam, garantir a segurança e a estabilidade na sub-região da África Ocidental com segurança coletiva, participar de operações bilaterais e multilaterais e contribuir para a paz e a segurança internacionais.

**Ambiente Geoestratégico.** O ambiente geoestratégico foi categorizado em dois grandes aspectos: ambiente interno e externo. No ambiente interno, a economia, os gastos com defesa e outras questões aparecem com destaque, enquanto o ambiente externo abrange fatores globais e regionais.

**Ambiente Interno.** A grande população nigeriana constitui um alto potencial de poder militar, proporcionando uma imensa oportunidade para uma rápida mobilização em tempos de crise. No entanto, de acordo com Gbor JWT (2010), sua miscigenação (com mais de 350 grupos étnicos) tem sido frequentemente uma fonte de conflito. O caso nigeriano também envolve a percepção adicional de marginalização, injustiça e distribuição desigual de recursos. Isso se transformou na ascensão de organizações étnicas, como o Congresso do Povo de Oodua, o Movimento para a Atualização do Estado Soberano de Biafra, o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger, o Congresso do Povo de Arewa, o Boko Haram, entre outros. Esses desenvolvimentos internos tendem a atuar como um catalisador para a instabilidade e, portanto, tornaram-se as ameaças dominantes a serem levadas em consideração na PND.

**Ambiente Externo.** O efeito resultante do fim da Guerra Fria cravou uma mudança de paradigma nos ambientes interno e externo. Alguns dos impactos desses desenvolvimentos incluem a integração e a fragmentação no sistema internacional, a globalização e a revolução nas tecnologias da informação e comunicação (TIC). Outros impactos incluem mudanças na natureza das crises, de inter- para intraestatais, que se associam a condições humanitárias, ascensão de atores não-estatais em assuntos globais, pluralismo, conscientização e outros valores democráticos. De acordo com Gbor JWT (2010), o crescimento de crimes transnacionais como a proliferação de armas de porte, drogas, tráfico de pessoas e terrorismo, e a disseminação de doenças como o HIV/AIDS representam outros fatores. Esses desenvolvimentos têm impactado as nações em diversos níveis. As manifestações mais evidentes desses desenvolvimentos globais no ambiente interno incluem agitações étnicas e religiosas, pobreza, atividades criminosas, grandes bunkers de petróleo bruto, agitação civil e HIV/AIDS. Outras incluem terrorismo, excesso de crimes financeiros e econômicos decorrentes de conflitos em estados vizinhos e globalização.

**Operação de Apoio à Paz.** As FAN estão envolvidas em muitas operações de paz (OPs) internacionais há mais de 30 anos e teve um desempenho digno de crédito durante essas operações. De acordo com Lawal ([2---?]), a participação nigeriana nas OPs, conforme articulada em sua PND, expressa sua vontade e capacidade de fornecer recursos de segurança e mostrar solidariedade para a segurança internacional coletiva. Também fornece a exposição necessária para as Forças Armadas trabalharem em cooperação com forças de outras nações. É importante notar que, embora o compromisso das FAN na execução de seu papel constitucional esteja aumentando, nenhuma melhoria correspondente na eficiência operacional de sua força ocorreu. Isso se deve em grande parte ao estado deplorável de seus equipamentos e financiamento inadequado como resultado de outros fatores concorrentes na economia nacional.

A falta de alocação de recursos adequada para as FAN sinaliza grandes desafios para eficácia em planejamento, manutenção de equipamentos, entre outros; imperativo para um processo de transformação. Portanto, uma Política Nacional de OP é necessária para contemplar o compromisso e utilização de fundos das FAN, visando obter recursos e participar com outras agências governamentais em OPs.

**Tecnologia.** A capacidade de um país de produzir equipamento militar oferece uma medida do nível de sua tecnologia militar. Ao longo dos anos, o avanço da tecnologia desempenhou uma influência crescente no desenvolvimento de estruturas de armas. Nas FAN, as aplicações tecnológicas têm sido sinônimo da história dos serviços individuais. Equipamentos,

sistemas e instalações militares foram adquiridos de diversos fornecedores estrangeiros, enquanto outros foram produzidos ou montados localmente. O governo nigeriano sabe dessa aparente fraqueza em sua postura de defesa, apesar do estabelecimento da Corporação da Indústria de Defesa da Nigéria (DICON) em 1963 para pesquisar e produzir equipamentos militares para as FAN. Assim, a tecnologia como provisão da PND não apresentou um grande impacto na SN da Nigéria.

Embora, de acordo com o Plano Diretor de Infraestrutura Nacional Integrada Revisado (2020), o governo federal da Nigéria tenha tomado uma medida deliberada para renovar o DICON para que possa fabricar grandes necessidades militares, esse esforço ainda não foi observado. Da mesma forma, Okogun et al. afirmam que o investimento no desenvolvimento e utilização da capacidade e capacidade das TIC gerou um desenvolvimento econômico significativo, mas o mesmo não pode ser dito sobre seu impacto na SN da Nigéria. A Política Nacional de Tecnologia da Informação da Nigéria fornece diretrizes estratégicas para o desenvolvimento e uso das TIC nas FAN desde 2001. Apesar dessas disposições, uma defesa das TIC ainda não foi promulgada para articular conjuntamente essa política para os serviços. A escassez de capacitação profissional, a fraca implementação de políticas e a ausência de uma base industrial e de vontade política representam alguns dos problemas que impedem o fornecimento da PND para o desenvolvimento tecnológico. No entanto, a PND forneceu tecnologia por meio de vários estabelecimentos militares e desenvolvimentos tecnológicos. Assim, o DICON poderia ser aprimorado para produzir equipamento militar para as FAN.

**Orçamento de Defesa.** Uma disposição controversa da PND envolve financiamento. É possível concretizar a provisão da PND se o governo financiar adequadamente as FAN de acordo com o padrão exigido para atingir a PND. O plano nacional nigeriano estabeleceu que esforços para modernizar e atualizar o equipamento militar devem ser feitos para possibilitar que as forças militares dispensadas cumpram seus deveres constitucionais no país e no exterior. Isso requer um nível adequado de financiamento para as FAN. De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (2023), as despesas militares mundiais aumentaram 3,7% em termos reais em 2022. Entretanto, as circunstâncias peculiares de um país determinarão, em última instância, a porcentagem que ele adotará e a necessidade de reprofissionalizar suas forças armadas.

Atualmente, o aumento no orçamento de defesa da Nigéria ocorre após a insegurança em algumas de suas regiões, especialmente no nordeste, onde os militares estão altamente engajados no combate à insurgência. Antes de 2010, o PIB de defesa era de 1,06%, diminuindo para 0,63554% em 2022, de acordo com o Banco Mundial. Isso é considerado inadequado quando comparado a países como os EUA, a Índia e o Brasil, que apresentam 3,5, 2,4 e 1,1%, respectivamente, de acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (2023). Além disso, é insuficiente, considerando as inúmeras ameaças que enfrenta, o que evidencia a necessidade de financiamento adequado para as FAN, a fim de permitir que ela adquira as capacidades necessárias para ser eficaz e eficiente no cumprimento de seu papel constitucional e dos objetivos da PND.

**Segurança.** Garantir a segurança da Nigéria atualmente significa, acima de tudo, manter afastadas as consequências de crises e conflitos e participar ativamente de sua prevenção e contenção. Para garantir sua segurança, afirmar sua soberania e mostrar sua disposição de se defender, a Nigéria está preparada para usar todo o espectro de seus instrumentos de política

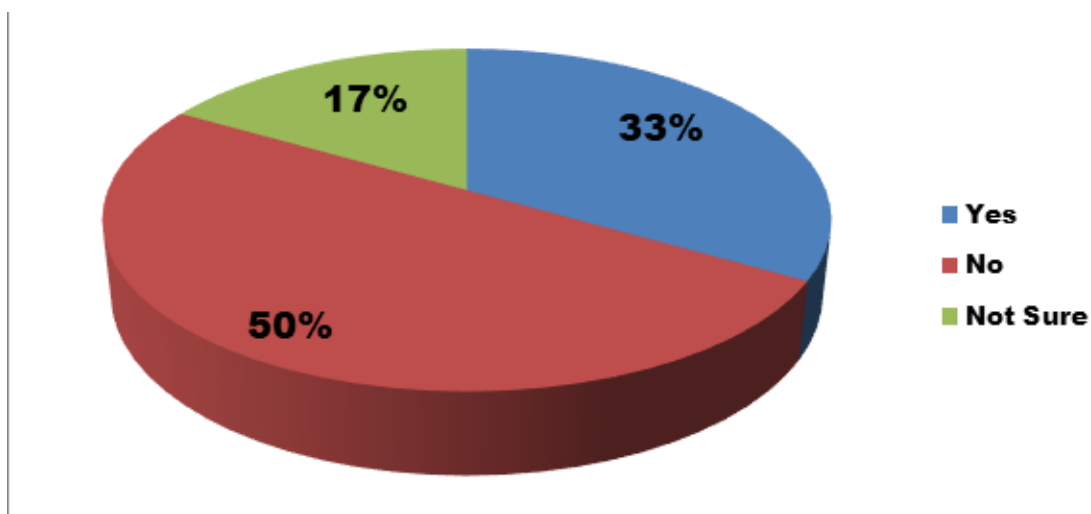
nacional, inclusive suas forças armadas. As operações militares têm consequências políticas de longo alcance. Cada caso individual deve ter uma resposta clara à questão de saber se os interesses nigerianos exigem e justificam uma operação e quais seriam as consequências em não agir. Os nigerianos podem ter certeza de que as forças, os recursos e as capacidades nacionais disponíveis serão usados para fornecer ajuda rápida e eficaz em auxílio à autoridade civil. A presente pesquisa perguntou a todos os entrevistados se a PND garantia adequadamente a segurança do povo nigeriano. A Tabela 2 e a Figura 2 mostram suas respostas.

**Tabela 2 – A PND garantiu a segurança na Nigéria?**

Serial	Resposta	Frequência	Porcentagem (%)	Comentário
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)
1.	Sim	2	33	
2.	Não	3	50	
3.	Incerto	1	17	
4.	Total	6	100	

Fonte: XXXX.

**Figura 2 – Gráfico de pizza mostrando se a PND garantiu a segurança na Nigéria.**



Fonte: Pesquisa de Opinião, 2023.

A responsabilidade pela proteção de seus cidadãos ultrapassa as fronteiras da Nigéria. De acordo com Patrick Bassey (Professor Sênior de Política de Defesa e Segurança Nacional), “em caso de perigo iminente no exterior, deve ser possível resgatar e evacuar os nigerianos da melhor maneira possível apenas com o emprego das forças nigerianas” (tradução nossa). A distinção tradicional entre segurança externa e interna tornou-se cada vez menos importante à luz dos riscos e ameaças atuais. Atualmente, a proteção dos interesses da Nigéria só é possível com o envolvimento de todo o governo. Portanto, a Nigéria precisa de uma política de defesa nacional, abrangente e coordenada que inclua iniciativas políticas e diplomáticas, uma política de desenvolvimento econômico e medidas policiais e militares. Uma abordagem nacional abrangente da segurança só pode ser garantida se todas as instituições e forças nacionais competentes da Nigéria assumirem suas responsabilidades e capacidades estabelecidas na constituição. Para isso, a interação orientada por objetivos do serviço de relações exteriores, da ajuda ao desenvolvimento, da polícia, das forças armadas, da proteção civil, do controle de desastres e do serviço de inteligência deve ser aprimorada em todos os níveis.

## 5 DESAFIOS DA POLÍTICA DE DEFESA NA SEGURANÇA NACIONAL

Após examinar as várias disposições da política de defesa que afetam a segurança nacional, torna-se imperativo discutir seus desafios, que incluem precariedade na segurança, no desenvolvimento tecnológico, na capacitação profissional, na alocação de recursos, entre outros. A seção a seguir destaca os desafios acima mencionados.

**Insegurança.** A insegurança emergente no ambiente interno e externo tornou-se volátil, incerta, complexa e ambígua, resultando em ameaças assimétricas e subversivas oriundas do influxo de elementos criminosos de estados vizinhos devido à instabilidade e ao surgimento de conflitos étnicos no país, que desafiam a promoção da coesão, integração e segurança nacional. A atual insegurança na Nigéria decorre do influxo de elementos estrangeiros/criminosos através de suas fronteiras, da interferência estrangeira e de jovens desempregados, promovendo a instabilidade e resultando em ameaças dominantes. Resolver a situação exigirá o foco na revisão da PND para transformar as FAN e abordar as questões internas que ameaçam os interesses vitais e a SN da Nigéria. Portanto, uma estratégia duradoura deve ser elaborada para combater os desafios da insegurança dentro e nos arredores imediatos da Nigéria.

**Desenvolvimento Tecnológico Precário.** As FAN apresentam lacunas no desenvolvimento e no uso da capacidade e dos recursos tecnológicos. Eze afirma que a Nigéria está entre os países com a menor capacidade de defesa nacional do mundo. Isso se deve à inadequação dos requisitos de infraestrutura e tecnologia que tornam os países independentes. Além disso, países com uma economia poderosa e base industrial e tecnológica apoiam sua infraestrutura de defesa, estruturando suas forças armadas e indústrias de armas com capacidades de defesa bem construídas. É impossível refutar que a Nigéria mostra a ausência de capacidade industrial e tecnológica forte e autossustentável, o que desafia sua PND. Portanto, a Nigéria deve desenvolver uma base tecnológica para impulsionar sua PND.

**Escassez de Capacitação Profissional.** Mmanti Umoh (2022) afirma que “sem o planejamento de sucessão correto colocado em prática nos recursos humanos, construímos em direção a um futuro sem futuro” (tradução nossa). O desenvolvimento da mão de obra

é um fator humano que afeta diretamente a produtividade, uma atividade que exige muito tempo. Observe que as nações com boas medidas de desenvolvimento e manutenção de mão de obra podem garantir a continuidade de suas agendas, mesmo diante de extremos perigos e confusão. Além disso, o súbito impulso de homens e mulheres brilhantes de deixar o país para outros climas ocidentais resulta em uma grave “drenagem de talento”. Isso não apenas rouba de um país profissionais treinados que podem cuidar de seus negócios no futuro, mas também deixa uma lacuna que não pode ser preenchida pelos profissionais disponíveis na maioria dos setores econômicos. Assim, a Nigéria deve criar medidas para treinar e reter mão de obra qualificada.

**Má Alocação de Recursos.** Uma defesa bem financiada promove forças armadas confiáveis e robustas com força e capacidade para atender aos objetivos nacionais. Assim como no Brasil, a tendência atual de alocação inadequada de recursos para o setor de defesa é preocupante. Sem o apoio adequado de recursos, a PND seria incapaz de conduzir as FAN em direção às funções constitucionais que lhes foram atribuídas. Menos dinheiro direcionado para os setores de defesa significaria também que muitas atividades programadas seriam arquivadas, a menos que dotações especiais ou suplementares fossem disponibilizadas. Isso aumenta ainda mais os problemas de segurança na Nigéria e para as FAN, forçando seu Ministério da Defesa a pressionar os legisladores para garantir que o setor de defesa receba financiamento adequado.

## 6 PERSPECTIVAS DA PND SOBRE A SN

Tendo discutido alguns dos desafios da PND e como ela afeta a SN, é importante articular possíveis soluções para alguns desses desafios.

**Reavaliação da Arquitetura de Segurança.** A situação de segurança emergente nos ambientes interno e externo – que pode ser mais bem descrita como volátil, incerta, complexa e ambígua – oferece sérios riscos e incertezas para a Nigéria. Isso representa um grande desafio para a PND nigeriana em garantir a SN, já que muitas de suas ameaças atuais estão fora de sua política de defesa. Da mesma forma, excluir SN e defesa da estrutura econômica e industrial equivaleria a um desastre operacional. A Nigéria tem potencial para estar entre as nações desenvolvidas no cenário global, mas, para isso, o país deve reavaliar criticamente seu ambiente estratégico, avaliar as ameaças à sua segurança e articular adequadamente as estratégias sobre como usar os recursos disponíveis para atingir seus interesses e objetivos nacionais e internacionais. Assim, o Ministério da Defesa poderia fazer com que o quartel-general nigeriano (DHQ), em colaboração com outras agências de segurança, desenvolvesse um potencial que contivesse de forma mais eficaz e eficiente possíveis ameaças, o que, por sua vez, abordaria um dos desafios da PND nigeriana. Assim, o Ministério da Defesa deve guiar o DHQ, em colaboração com outras agências de segurança, para que reavalie seu princípio de dissuasão para adotar uma abordagem mais eficaz da defesa nacional e garantir sua SN.

**Rápido Desenvolvimento Tecnológico.** Em relação à necessidade de avanço tecnológico, o Ministério da Defesa, em ligação com os respectivos ministérios, poderia realizar uma pesquisa científica e tecnológica para determinar a capacidade disponível em áreas críticas e sensíveis identificadas. Isso poderia identificar e desenvolver um programa de mão de obra técnica rápido e de alto nível para pessoal e instituições selecionados. Da mesma forma, o Ministério da

Defesa também poderia colaborar com as respectivas agências de fabricação de hardware para identificar estabelecimentos do setor privado com os recursos necessários e propor uma parceria público-privada que forneceria as plataformas necessárias para a fabricação do hardware necessário no curto prazo. A combinação de ambas as opções permitiria um rastreamento rápido de sua base tecnológica e uma medida de reengenharia duradoura para as perspectivas de seu complexo industrial militar. Para isso, as colaborações entre o Ministério da Defesa e as respectivas agências governamentais garantiriam uma tomada harmoniosa do complexo industrial militar. Além disso, o governo nigeriano poderia manter um esforço de colaboração com países amigos tecnologicamente avançados na busca de acesso à tecnologia e a novos processos com opções de “transferência de conhecimento tecnológico” que renderiam grandes dividendos. Portanto, o Ministério da Defesa deve, em conjunto com os respectivos ministérios e nações amigas, facilitar uma retomada do complexo industrial militar para aliviar o atual atraso de seu setor tecnológico e garantir a SN.

**Aumento do Financiamento.** A capacidade da FAN e sua arquitetura de segurança para conter possíveis ameaças dependeria, em certa medida, de um financiamento adequado. Para a pessoa comum na rua, segurança significa segurança física ou proteção contra danos e perigos. Fage (1999) observou que uma nação deve ser economicamente dinâmica para atingir o objetivo da SN. Ele também acrescenta que o treinamento de mão de obra, a aquisição de armamentos, as operações logísticas de missões de combate, entre outros, são funcionalmente baseados no dinamismo econômico nacional. Uma nação economicamente dinâmica pode exercer seu poder nacional com confiança. Tedheke, corroborando essa visão, afirma que o poder econômico deve ser visto como a fonte definitiva do poder nacional. Ela constitui a base da grande estratégia da nação, a base sobre a qual se apoia a estratégia militar. Assim, o Ministério da Defesa deve pressionar a assembleia nacional nigeriana para aumentar o financiamento para o setor de defesa para atingir os objetivos da PND em prol da SN.

## 7 CONCLUSÃO

O presente estudo procurou estabelecer a ligação entre a PND e a SN na Nigéria. A pesquisa começou com o objetivo principal de examinar as disposições existentes da PND que impactam a SN na Nigéria. O curso desta pesquisa discutiu extensivamente conceitos, especialmente de PND, segurança e SN. Também revisou a literatura relevante disponível. O estudo estabeleceu que a PND existente emana da política SN nigeriana, que se concentra em preservar a segurança de seus cidadãos dentro e fora do país e protege a soberania do país e a integridade de seus ativos. Esse estudo também estabeleceu que a escolha da estratégia de defesa convencional é mais informada por sua experiência histórica e menos por qualquer esforço consciente dos formuladores de políticas para desenvolver uma estratégia de defesa forte para a SN. Além disso, o estudo descobriu que, desde sua independência, a PND nigeriana se concentrou apenas em dois princípios amplos: Afrocentrismo e boa vizinhança.

Essa pesquisa constatou que alguns elementos da PND afetam a SN, como os objetivos da PND, o ambiente geoestratégico, as OPs, a tecnologia e o orçamento de defesa. Além disso, destacou alguns dos desafios da PND para a SN com relação à insegurança e ao desenvolvimento tecnológico precário, à capacitação profissional e à alocação de recursos, para mencionar alguns. No entanto, o presente estudo oferece perspectivas para solucionar esses desafios, incluindo

a necessidade de o Ministério da Defesa fazer com que o quartel-general, em colaboração com outros órgãos de segurança, reavalie o princípio da dissuasão para a adoção de uma abordagem mais eficaz para a defesa nacional. Outras soluções incluem a necessidade de o Ministério da Defesa, em conjunto com os respectivos ministérios e estabelecimentos de nações amigas, facilitar a retomada do complexo industrial militar para aliviar seu atual atraso tecnológico e pressionar a Assembleia Nacional a aumentar o financiamento do setor de defesa para atingir os objetivos que a PND definiu para SN.

## 8 RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados deste estudo, recomenda-se que o Ministério da Defesa:

- Guie o quartel-general, em colaboração com outros órgãos de segurança, para que reavalie seu princípio de dissuasão e proponha a adoção de uma abordagem mais eficaz para a defesa nacional.
- Faça com que quartel general, em conjunto com os respectivos ministérios e estabelecimentos de nações amigas, facilite a retomada do complexo industrial militar para aliviar seu atual atraso tecnológico.
- Pressione a assembleia nacional para aumentar o financiamento para o setor de defesa.



## REFERÊNCIAS

- ADISA F. O. **The Development of Nigerian Defence Policy 1960 – 1979**. London: King's College, 1994.
- ALLI, M. C. **The defense capabilities of the Nigerian Armed Forces**. *The Nigerian Army Journal*, [s. l.], v. 7, p. 2-3, 1994.
- BUZAN, B. **Peoples States and Fear**. 2. ed. London: ECR Press, 1999.
- CARL, V. C. **On war**. London: Everyman's Library, 1982.
- CHUTER, D. **Defence Transformation**. A Short Guide to the Issues. 2000, South Africa. Pretoria: Institute for Security Studies, 2000. p. 11.
- DIKE, P. Lecture delivered at the Royal United Service Institute. **Royal United Service Institute**, London, 2010.
- EZE, O. C. Nigerian Foreign Policy and its Implication on National Security. *In*: Mbachu, O; Sokoto, A. A. (ed.). **Nigerian Defence and National Security: Policies and Strategies**. Kaduna: Medusa Academic Publishers, 2011. p.123.
- FAGE, S. K. Nigeria's Defence Policy and the Challenges of the Twenty-First Century. **Journal of the Nigerian Defence Academy**, [s. l.], v. 5, p. 1-18, 1999.
- GBOR J. W. T. Military Intervention and Military Professionalism: The Nigerian Case. **Nigerian Journal of Policy and Strategy**, v. 8, 2010.
- IMOBIGHE, T. A. Doctrine for and Threats to Internal Security. *In*: EKOKO, A. E.; VOGT, M. A. (ed). **Nigerian Defence Policy: Issues and Problems**. Lagos: Malt House Press
- KAZIR, A. J. **Defence Capabilities of Nigerian Armed Forces**. Abuja: Lecture delivered to Participants at Nigerian Institute of Policy and Strategic Studies, 1995.
- LAWAL L. I. **Revolution in Military Affairs: Strategic Options for the Nigeria Army**. Abuja: National Defence College, [2---?].
- LIPPMAN W. **US Foreign Policy: Should of the Republic**. Boston: Little Brown and Co, 2006. p. 51.
- LUKPATA, V. I.; SHISHI, Z. Nigeria's Defence Policy and the Reality of Deterrent within the Context of its Geo-Strategic Environment. **Journal of Good Governance and Sustainable Development in Africa**, [s. l.], v. 5, n. 1, 2019.

MCCORMICK, J. M. **Foreign Policy, Microsoft Student 2007**. Redmond: Microsoft Corporation, 2006.

MCGREW T. Security and Order. *In*: SMITH, M.; SMITH, M. S.; WHITE, B. (ed.). **British Foreign Policy: Tradition, Change and Transformation**. London: Allen and Unwin, 1988. p. 101.

MMANTI U. Education Management Consultant and Policy Development Expert. [*S. l.*]: [*s. n.*], 2022.

NIGÉRIA. **Nigerian National Defence Policy**. Abuja: Federal Ministry of Finance, Budget and National Planning, 2006.

NIGÉRIA. **Federal Government of Nigeria Reviewed National Integrated Infrastructure Master Plan 2020**, Abuja: Federal Ministry of Finance, Budget and National Planning, 2020.

NWOLISE, O. B. C. National Security and Sustainable Democracy. *In*: OJO, E. O. (ed.). **Challenges of Sustainable Democracy in Nigeria**. Ibadan: John Archer Publishers, 2006. p. 352.

OGABA, O. Security, Globalization and Climate Change: A Conceptual Analysis. *In*: OSITA, E. E.; OGABA, O. (ed.). **Climate Change and Human Security in Nigeria**. Lagos: NIIA, 2010.

OGUNDANA, A. O. **Military Strategy and Doctrine**. Washington. D.C.: NWC, 2001.

OKOGUN, O. A.; AWOLEYE, O. M.; SIYANBOLA, W. O. Economic Value of ICT Investment in Nigeria: Is It Commensurate? **International Journal of Economics and Management Sciences**, [*s. l.*], v. 1, n. 10, p. 22-30, 2012.

OLUFEMI, A.; SHITTU, A. B. Human Security in Africa. **World Affairs: The Journal of International Issues**, v. 21, n. 2, p. 50-67, 2017.

SCHLESINGER JR, A. M. **War and the American Presidency**. New York: W.W. Norton, 2004.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. World military expenditure reaches new record high as European spending surges. SIPRI, Solna, [20--?]. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2023/world-military-expenditure-reaches-new-record-high-european-spending-surges>. Acesso em: 10 set. 2023.

SUN TZU. **The Art of War**. London: Penguin Books, 1971.

TRADING ECONOMICS. Nigeria - Military Expenditure (% Of GDP). Trading Economics, [*s. l.*], [20--?]. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/nigeria/military-expenditure-percent-of-gdp-wb-data.html>. Acesso: 10 set. 2023.

VOGT, M. A. **Nigeria's Defence Policy: A Framework of Analysis**. Ibadan: University Press, 1986.

WILLIAMS, P. D. **Security Studies: An Introduction**. London: Routledge Taylor and Francis, 2008.

WOLFERS, A. National Security as an Ambiguous Symbol. **Political Science Quarterly**, Oxford, v. 67, n. 4, p. 481-502, 1952.

